

## **Parecer de Comissão 66/2023**

Protocolo 37136 Envio em 26/09/2023 10:17:14

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Ao Projeto de Resolução nº **004/2023**

Autor: **Vereador RICARDO RIO E OUTROS**

Altera o art. 122, do Regimento Interno, que trata da composição da Comissão especial de Inquérito.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reuniu seus membros nesta data para conhecer dos argumentos do Vereador Relator com relação ao Projeto de Lei em epígrafe.

Acatando o posicionamento do Relator e, não havendo óbice insanável no âmbito da sua competência, a CCJR faz do competente Relatório o seu Parecer, manifestando-se pela **FAVORAVELMENTE** em face do Projeto de Resolução nº 004/2023, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 26 de setembro de 2023.

**DANIEL RODRIGUES FAUSTINO**

Presidente da Comissão e Relator

**MARCELO GREGÓRIO**

Vice-Presidente

**GRACIANE DA COSTA OLIVEIRA CRUZ**

Secretária

## **RELATÓRIO**

**Ao Projeto de Resolução nº 004/2023**

**Autor: Vereador RICARDO RIO E OUTROS**

Altera o art. 122, do Regimento Interno, que trata da composição da Comissão especial de Inquérito.

## **RELATÓRIO**

O Projeto de Lei encaminhado a este relator, para análise e parecer, visa alterar o art. 122, do Regimento Interno, que trata da composição da Comissão especial de Inquérito.

Conforme consta nas justificativas do projeto, o objetivo é adequar este dispositivo do Regimento Interno a fim de que o primeiro subscritor do pedido de abertura de CEI componha a Comissão, sem necessidade de ir pra sorteio, eis que, em tese, possui os conhecimentos com maior profundidade acerca do assunto a ser investigado, o que tornaria os trabalhos da CEI mais ágeis e dinâmicos.

O mesmo conta com Parecer pela legalidade do Procurador Jurídico da Casa quanto aos aspectos gramaticais e regimentais e em relação aos aspectos de iniciativa e competência, conforme previsto no art. 60, § Único, inc. II da LOM combinado com o art. 208, § 1º, alíneas “b” e “e” do R.I., que dizem:

*“LOM - Art. 60 - As resoluções, deliberações do Plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e apreciação político-administrativa, para produzirem seus principais efeitos no interior da Câmara, serão promulgadas pelo Presidente da Câmara.*

*Parágrafo Único - As resoluções legislativas são próprias para, entre outras, regular as seguintes matérias:*

*II - aprovação e alteração do Regimento Interno;”*

*“RI - Art. 208 Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre sua Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores.*

*§ 1º – constitui matéria de Projeto de Resolução:*

*b) Elaboração e reforma do Regimento Interno;”*

*e) Organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos ou funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, vantagens aos servidores da Câmara Municipal, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os limites constitucionais;*



E com base no § 2º do art. 208 que diz: “A iniciativa dos projetos de Resolução poderá ser da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores, ...”, se enquadra no quesito iniciativa.

## VOTO DO RELATOR

Analizados todos os aspectos que me competem, manifesto meu **VOTO FAVORÁVEL**, de forma a dar continuidade ao trâmite regimental deste Projeto de Resolução, pelos motivos acima expostos.

Palácio Legislativo Água Grande, 26 de setembro de 2023.

**DANIEL RODRIGUES FAUSTINO**  
Relator

